

# REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL DE AGRICULTORES ASSENTADOS A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ASSENTAMENTO 23 DE MAIO - ITAPETININGA/SP

CAMARGO, ELINA A. O. M.<sup>i</sup>, BORSATTO, RICARDO S.<sup>ii</sup>

<sup>i</sup> Tecnóloga em Agronegócio - Faculdade de Tecnologia de Itapetininga/SP - elina.camargo@fatec.sp.gov.br

<sup>ii</sup> Professor Associado - Faculdade de Tecnologia de Itapetininga/SP - ricardo.borsatto@fatec.sp.gov.br

## RESUMO

Este artigo compartilha a experiência adquirida após a implantação de projeto de extensão universitária que realizou, de forma prática, recomposição de Áreas de Preservação Permanente no Assentamento 23 de Maio, localizado no município de Itapetininga/SP, bem como discute e avalia as motivações e a participação dos agricultores beneficiados. Pôde-se constatar que a carência de conhecimentos relativos à importância da dimensão ambiental e a falta de um ambiente institucional que a valorize atuaram como fatores restritivos de uma maior efetividade do projeto. Baseado nessas percepções aponta-se para a necessidade de investimentos, por parte do Estado, em processos de educação ambiental da população rural e de elaboração de políticas públicas que incentivem a preservação do meio ambiente, o que por sua vez ajudariam na consolidação de um ambiente institucional coerentes com processos de desenvolvimento rural sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação ambiental. conscientização. assentamentos rurais.

## INTRODUÇÃO

No início do mês de maio de 2010, iniciou-se o projeto “Fortalecimento do Ensino de Extensão Rural nas Ciências Agrárias através de Redescobrimto de Saberes e da Troca de Conhecimentos” financiado pelo CNPq (Edital 33/2010), executado por meio de uma parceria interinstitucional entre a UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), a FATEC/Itapetininga e a UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso), bem como com outros parceiros locais.

Este projeto visou a implantação de SAFs (Sistemas Agroflorestais) em diferentes assentamentos de reforma agrária, entre eles o Assentamento 23 de Maio, localizado no município de Itapetininga/SP.

Como primeira ação de campo do projeto, foi realizado um diagnóstico rural participativo no assentamento, executado por discentes da FATEC, que propiciou conhecer o citado local, os moradores e os problemas enfrentados pelos mesmos.

Na ocasião os agricultores locais explanaram as dificuldades quanto ao cumprimento do Código Florestal, referentes às áreas de preservação permanente que lá existiam. Após observação *in loco* das áreas referidas (quais sejam as três nascentes d'água, que se encontravam sem proteção natural, sujeitas a assoreamento), foi proposta a idéia de elaboração de Projeto para recomposição de Área de Preservação Permanente para os agricultores assentados.

A partir do resultado do diagnóstico realizado, foi constituída uma equipe interinstitucional, composta por profissionais e estagiários da Faculdade de Tecnologia de Itapetininga (FATEC-IP), Prefeitura Municipal de Itapetininga, Instituto Refloresta e Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) e dos agricultores assentados, quando se elaborou, durante o mês de junho de 2010, um projeto para recomposição da Área de Preservação Permanente do Assentamento, o qual foi executado durante os meses seguintes, culminando com o plantio de espécies arbóreas típicas da região, ao redor de três nascentes lá existentes. Foram plantadas 2500 mudas de espécies como *Caesalpinia peltophoroides*

(Sibipiruna), *Schinus terebinthifolius* (Aroeira-mansa), *Cedrela fissilis* (Cedro-rosa) etc., as quais foram doadas pelo Instituto Refloresta<sup>1</sup>. O trabalho de plantio das mudas foi realizado em forma de mutirão, por assentados, estudantes e professores da FATEC de Itapetininga, modalidade esta que não gerou custos financeiros. Nesse trabalho houve grande participação dos agricultores assentados, atingindo o percentual de representantes de 80% das famílias assentadas.

Dentro desse contexto, esse artigo tem por objetivo debater, a partir dessa experiência, os aspectos referentes à conscientização ambiental dos assentados antes e depois da recomposição das APPs, e de um modo geral, as deficiências relativas à Educação Ambiental ali constatadas, com vistas a subsidiar uma melhor compreensão sobre as dificuldades de implantação de projetos de recomposição ambiental em assentamentos rurais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O homem, ao longo de sua evolução e na procura da sobrevivência, sempre buscou conhecer, testar e modificar o ambiente em que vive. Porém, nos últimos séculos, a exploração do meio ambiente vem causando a sua crescente degradação, principalmente devido à busca do crescimento econômico de forma descontrolada.

Para CARVALHO (1999) as florestas têm grande importância para o equilíbrio ambiental e ecológico do planeta, pois promovem a amenização do clima, a troca atmosférica, a manutenção da biodiversidade e a reciclagem dos solos. Para tanto, o Estado brasileiro criou a Política Nacional do Meio Ambiente que tem como objetivo principal a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da vida humana.

Em função da sua importância, as florestas que margeiam os cursos d'água e nascentes, são consideradas faixa ou área de preservação permanente segundo o Código Florestal Brasileiro, ou seja, uma reserva ecológica que não pode sofrer qualquer alteração.

Segundo BARCELLOS et. al.(1995), as Áreas de Preservação Permanente (APPs) demandam atenção especial porque estão voltadas para a preservação da qualidade das águas, vegetação e fauna, bem como para a dissipação de energia erosiva. A legislação reconhece sua importância como agente regulador da vazão fluvial, consequentemente das cheias, além de preservar as condições sanitárias para o desenvolvimento da vida humana nas cidades. Com isto, pode-se afirmar que devem ser mantidas em suas características originais, reconhecidas como indispensáveis para a manutenção das bacias hidrográficas, e por consequência, da vida humana e seu desenvolvimento.

Ainda segundo CORRÊA et al. (1996), as APPs foram criadas para proteger o ambiente natural, o que significa que não são áreas apropriadas para alteração de uso da terra, devendo estar cobertas com vegetação original. A cobertura vegetal nestas áreas irá atenuar os efeitos erosivos e a lixiviação dos solos, contribuindo também para a regularização do fluxo hídrico, redução do assoreamento dos cursos d'água e reservatórios, e trazendo benefícios para a fauna.

É premente nos dias de hoje a conscientização sobre a problemática ambiental, visto que é necessário um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, que privilegie a manutenção dos recursos naturais para a presente e futuras gerações.

Dessa forma, visando atingir uma vida ecologicamente equilibrada, se faz necessário a implantação de novos modelos de desenvolvimento sustentável, gerando novas alternativas na utilização dos recursos naturais disponíveis, fazendo com que se reduza o impacto ambiental na atualidade.

Dentro deste contexto, a educação ambiental emerge como uma das soluções para a crise que está sendo vivenciada, visto que ela é o instrumento pelo qual as políticas públicas relacionadas ao meio ambiente têm condições de serem implantadas de forma integrada à comunidade, permitindo que esta se torne sujeito do processo decisório. O processo de educação ambiental precisa ser entendido como ações que interagem com o meio e com os atores envolvidos, buscando ser contínuo, bem como devem prever a execução de ações de capacitação, sensibilização e informação articuladas entre si, ensejando mudanças na forma de pensar, de maneira a alcançar objetivos comuns.

---

<sup>1</sup> Organização não-governamental voltada para questões de conservação, restauração, reposição e produção florestal.

Conforme JACOBI (2003) o enfoque da educação ambiental “deve buscar uma perspectiva de ação holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo como referência que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o ser humano.”

A promoção de debates se torna essencial quando se objetiva desenvolver nas pessoas a consciência ambiental, permitir a sua participação nas decisões, trazendo a cada um a responsabilidade no que se refere aos aspectos de fiscalização e controle dos agentes causais da degradação ambiental.

...O desafio que se coloca é de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora em dois níveis: formal e não formal. Assim, ela deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. (JACOBI, 2003, p.189)

De acordo com os princípios fundamentais da “Declaração e Recomendações da Conferência Inter governamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental” de 1977, a educação ambiental é o instrumento pelo qual as políticas públicas relacionadas ao meio ambiente têm condições de serem implantadas de forma integrada à comunidade (SORRENTINO, 1998).

A *Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade*, realizada em Tessalônica (Grécia), chama a atenção para a necessidade de se articularem ações de educação ambiental baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação e práticas interdisciplinares (SORRENTINO, 1998).

Desde o *Clube de Roma* (1972), quando se propôs o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial, bem como da *Conferência de Estocolmo* (1972), a partir da qual se criticava o modo de vida contemporâneo, até o *Tratado de Brundtlandt*, reforça-se o tema de “desenvolvimento sustentável”. Nessa esfera, postula-se a mudança de paradigmas em relação à preservação do meio ambiente.

Desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades da geração atual sem comprometer o direito de as futuras gerações atenderem as suas próprias necessidades. Nessa definição estão embutidos dois conceitos com os quais precisaremos doravante conviver. (VALLE, 2002. p.29).

A II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, chamada de *Eco-92* ou *Rio 92*, realizada no Rio de Janeiro em Junho de 1992, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), contou com a participação de delegados de 179 países, resultando em medidas para conciliar crescimento econômico e social com a preservação do meio ambiente. Na Agenda 21 cada país definiu as bases para a preservação do meio ambiente em seu território, possibilitando o desenvolvimento sustentável. Entre os temas tratados na Agenda, encontrava-se a “*Educação como forma de conscientização para as questões de proteção ao meio ambiente*”.

Para REIGOTA (1998), “a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos”. Já PÁDUA e TABANEZ (1998), conceituam que a educação ambiental “propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente”.

No entanto, desenvolvimento sustentável requer a definição de limites ao crescimento, e ainda práticas educativas, num processo dialógico em que se reforça o sentimento de responsabilidade mútua e valor ético, estimulando os debates na sociedade, fazendo com que esta identifique os seus problemas e encontrem as suas soluções.

...A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que diz respeito a um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o envolvimento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. (JACOBI, 2003, p.189).

## **METODOLOGIA**

### **Do Local**

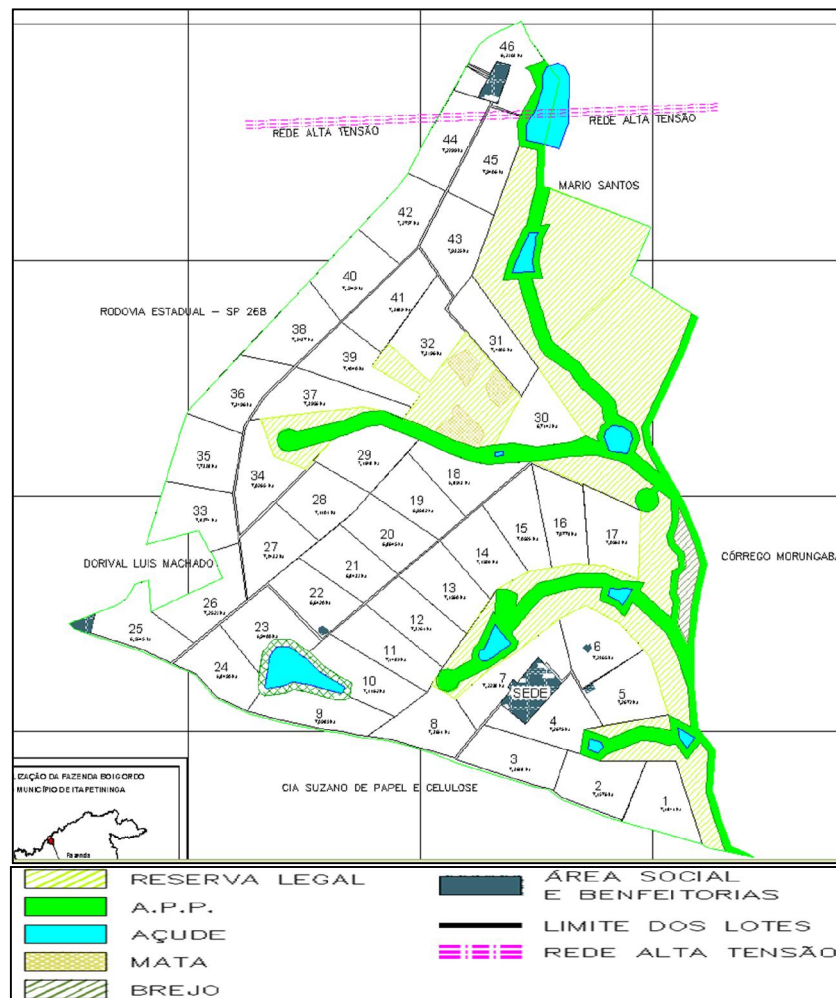
O assentamento 23 de Maio foi instituído recentemente, tendo a sua emissão de posse em 08 de novembro de 2008. Trata-se de uma área rural situada distrito de Tupy, pertencente ao município de Itapetininga, sudoeste do Estado de São Paulo.

Diferentemente do padrão verificado em projetos de assentamentos paulistas (BUENO et al., 2007), o 23 de Maio está localizado sobre um solo de elevada qualidade, situando-se a beira da rodovia Raposo Tavares (SP-270), um dos mais importantes corredores rodoviários do país, no Km 186. Dista 25 quilômetros do centro urbano de Itapetininga e respectivamente 80 e 180 quilômetros das cidades de Sorocaba e São Paulo. Ademais sua área faz divisa com a zona urbanizada do distrito de Tupy, que possui escola, posto de saúde e atividades de comércio.

Antes da constituição do assentamento o local era uma fazenda de gado denominada “Fazenda Eldorado”, cuja proprietária era a pessoa jurídica Fazendas Reunidas Boi Gordo S/A, empresa de especulação financeira, baseada na venda de derivativos de gado, que entrou em colapso financeiro, deixando grandes dívidas junto aos seus investidores e ao governo (CAMARGO, 2011).

Por pressão do MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terras, o INCRA adquire essa propriedade para destiná-la ao programa de Reforma Agrária.

Trata-se de uma área com cerca de 515 hectares, que foi dividida em 46 lotes cedidos para o uso de 46 famílias que antes estavam acampadas em beiras de rodovias da região. Grande parte dessas famílias é oriunda dos municípios de Itapeva e Itaberá, também localizados no sudoeste do Estado de São Paulo, possuindo relações de parentesco ou amizade com assentados destes municípios.



**Figura 1 - Croqui do Assentamento 23 de Maio - Itapetininga/SP**

Fonte: INCRA (2008)

O processo de distribuição dos lotes respeitou o desejo dos assentados e levou em consideração a presença de três diferentes grupos de afinidades pré-organizados. Para cada família foi destinado um lote com área de aproximadamente sete hectares. Ressalta-se também a presença no assentamento de alta disponibilidade hídrica, com presença de nascentes e açudes, todos sem a presença de matas ciliares, sendo que as áreas destinadas para preservação permanente totalizam aproximadamente 58 hectares e as de reserva legal 20 hectares, ambas para futuro reflorestamento (TABELA 1).

**Tabela 1 - Distribuição das áreas do Assentamento 23 de Maio, segundo sua utilidade.**

Uso do Solo	Área (ha)	%
Área dos Lotes	331, 7816	64,36
Reserva Legal	104, 6505	20,30
A.P.P.	58, 8474	11,41
Estradas	7, 6697	1,49
Área Social	5, 4840	1,06
Matas	4, 1562	0,81
Brejo	2, 9221	0,57
Área Total	515, 5115	100,00

Fonte: INCRA (2008)

## Da Pesquisa

Durante o transcorrer do projeto, desde as primeiras reuniões para diagnosticar as demandas dos assentados em relação à dimensão ambiental, até alguns meses após a atividade de plantio de mudas nas APPs, todas as percepções dos pesquisadores sobre as motivações dos agricultores para a recomposição ambiental, em outras palavras o grau de conscientização dos agricultores, eram anotadas em cadernos de campo (WHITAKER, 2002; MARQUES e VILLELA, 2005).

Porém, como alertou WIELEWICKI (2001, p. 28), “descrever ou explicar conceitos, crenças e significados do ponto de vista de um grupo social, em conexão com seus arredores, não é tarefa simples, se é que se pode afirmar que seja possível.”

Ciente de antemão das limitações, bem como das vantagens da utilização dessa metodologia, essas observações não aconteceram de forma completamente descompromissada metodologicamente.

A observação participante empreendida sempre foi guiada por uma teoria, já que os pesquisadores sempre voltaram as suas atenções a uma temática específica (as motivações dos agricultores em tomarem atitudes ambientalmente amigáveis), que foi observada através de algumas concepções pré-existentes.

Na medida das possibilidades, as observações eram realizadas em grupos, durante conversas entre os pesquisadores e os protagonistas locais, sem um roteiro pré-definido que determinasse de forma contundente a fala das pessoas contatadas.

Através dessas observações puderam-se constituir análises, coletas de dados, identificação e definição de problemas encontrados no local, abordando temas históricos, sociais, econômicos, institucionais e principalmente ambientais.

As percepções de cada integrante do grupo eram anotadas individualmente em seus cadernos de campo. Posteriormente, essas anotações eram centralizadas, discutidas e se elaboravam relatórios únicos.

A observação participante foi parte preponderante para o cumprimento dos objetivos da pesquisa, pois por meio de uma abordagem que possibilitou a interação teoria-prática, forneceu subsídios para a construção de uma problematização interdisciplinar da realidade, levando à compreensão crítica das situações observadas.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

No período de execução do projeto de recomposição das APPs (maio de 2010 a março de 2011), durante os primeiros encontros com os assentados, pôde-se perceber o pouco conhecimento destes sobre temas ambientais. Nesse período foram ainda realizados 05 encontros formais, onde se realizou

entrevistas abertas com os assentados, as quais tiveram como objetivo obter informações sobre seus modos de vida, interesses e conhecimentos sobre questões ambientais.

Chamou a atenção o fato de que os assentados, principais beneficiados do projeto, estavam interessados prioritariamente no cumprimento da lei e não demonstraram grande interesse em relação aos possíveis benefícios ambientais do reflorestamento e nem predominavam motivações éticas em relação ao tema.

Vale ressaltar que antes da etapa de plantio de mudas, foram realizadas 05 oficinas, sendo 02 sobre conscientização ambiental e 03 sobre métodos de plantio de mudas (preparo do terreno, seleção e distribuição de mudas nos locais adequados, etc.), bem como foram realizadas 02 palestras sobre a importância da preservação de APPs. Saliente-se que toda a construção do projeto foi feita de forma participativa entre assentados, estudantes e professores.

Em suma, percebeu-se que a dimensão legal se sobrepôs às dimensões ambiental e ética como principal motivação para que os assentados reflorestassem suas APPs, mesmo estando cientes da importância dessas últimas.

Essa constatação pode ser melhor explicada por intermédio dos conceitos de *habitus*<sup>2</sup> e *poder simbólico*<sup>3</sup>, elaborados por BOURDIEU (1989), já que o modelo de produção impetrado pela Revolução Verde condiciona as tomadas de decisão dos agricultores.

Em outras palavras, existe uma pressão social (poder simbólico) exercida por diferentes agentes (outros agricultores, família, vendedores de insumos, compradores da produção, etc.) que impõe aos agricultores o modo de produção que devem implantar em seus lotes. Isso determina um *habitus* aos agricultores, o que, por sua vez, tem impedido que eles modifiquem os seus sistemas produtivos, mesmo conscientes das deficiências desses sistemas.

Relegar a dimensão ambiental não é uma exclusividade dos assentados estudados, mas pode ser considerada como norma dentro do meio rural brasileiro. De maneira geral, são exceções as unidades agrícolas nas quais a legislação ambiental é seguida a risca. Quando se determina que uma área deva ser destinada exclusivamente para preservação, os agricultores encaram isso como um prejuízo a ser assumido.

Esta era, não sem razão, a visão predominante, já que até a poucas décadas atrás a regra vigente era o inverso, pois o governo incentivava a derrubada das matas e florestas para o acesso aos subsídios e financiamentos.

Deste modo, no caso aqui estudado, a recomposição das APPs era uma demanda dos agricultores, não motivada pelos serviços ambientais vindouros, mas sim por uma necessidade de adequação ambiental imposta pela legislação.

Esse modo de encarar a questão ambiental gerou impactos nas etapas posteriores ao plantio das mudas, nas quais parte significativa dos assentados não cumpriu com o acordo inicial, deixando de fazer a manutenção das mudas plantadas ao redor das nascentes, o que culminou com a perda de muitas das plantas.

Para que seja possível romper com esse *habitus* arraigado, construído nas últimas décadas pelo poder financeiro das grandes corporações do agronegócio, são necessárias políticas continuadas que abarquem diferentes dimensões e que visem transformar o ambiente institucional dominante no meio rural.

Como percebeu PUTNAM (2005), apesar de o contexto social e a história condicionarem profundamente as decisões pessoais, a mudança das instituições formais pode também influenciar essas decisões.

A partir do momento em que o Estado formula uma legislação ou adota políticas públicas e projetos pautados numa lógica que valoriza a preservação ambiental, se permite a construção de um ambiente institucional propício para que esta prospere.

Não obstante, parece-nos mais eficiente as ações de Educação Ambiental que as legislações restritivas (diga-se o Código Florestal). As primeiras têm o potencial de construir de forma afirmativa um ambiente institucional no qual os agricultores sentem-se incentivados a adotarem práticas

---

<sup>2</sup>O conceito de *habitus* se refere à influência que uma determinada estrutura social possui sobre os sujeitos, condicionando o seu modo de pensar e agir.

<sup>3</sup>O poder simbólico se refere aos valores e signos presentes em um determinado campo social.

presevarcionistas. Ademais, essas ações têm a vantagem de atuarem no âmbito simbólico, disputando poder com a lógica calcada numa visão meramente produtivista.

Atualmente os agricultores que decidem seguir à risca a legislação ambiental, enfrentam, praticamente sozinhos e sem apoio, uma miríade de dificuldades.

Diante de todo o exposto acima, defendemos a necessidade de investimentos significativos e constantes em projetos de Educação Ambiental voltados para agricultores, principalmente familiares, para que estes avaliem introspectivamente a importância da dimensão ambiental em suas vidas, passando a valorizá-la cada vez mais. Este investimento é primordial para que se possa efetivar no campo brasileiro, uma transformação nas formas de utilização da terra, onde se valorize a preservação de remanescentes florestais - ao menos nas APPs e Reservas Legais - sem que isso ocasione conflitos e protestos por parte dos agricultores.

Ressalte-se que os processos de Educação Ambiental que devem ser promovidos, sejam efetivados tanto de forma teórica quanto prática, introduzindo a aprendizagem de forma lúdica, horizontal e participativa. Uma aprendizagem que torne os agricultores conscientes de seu papel, não somente no meio em que vivem, mas como parte de um todo. Assim, são recomendadas que sejam desenvolvidas atividades, como oficinas para jovens e adultos, implantação de áreas-piloto, unidades de referência, dias de campo, visitas técnicas a experiências bem sucedidas. Porém é fundamental que essas atividades sejam contínuas e não somente pontuais, como no caso do projeto apresentado.

## CONCLUSÕES

Apesar de transformações significativas estarem ocorrendo nas últimas décadas, a dimensão ambiental ainda é encarada por muitos agricultores como antagônica à dimensão econômica. Em outras palavras, predomina no meio rural brasileiro a visão de que preservar a natureza é sinônimo de prejuízo financeiro. Isto também pôde ser constatado no caso do assentamento estudado.

Dentro desse contexto, a preservação ambiental somente é levada a cabo por imposição de legislações punitivas, já que os agricultores não conseguem perceber os benefícios advindos desse processo.

Para a modificação desse cenário, se fazem necessários investimentos contínuos em Educação Ambiental para o meio rural, explicitando para esse público a importância do meio ambiente, não somente pelos impactos positivos que ocasionaria diretamente em suas vidas, mas também para as gerações vindouras.

Como já apontado por BORSATTO (2007), junto aos processos educativos, urge a necessidade de pôr em prática políticas que também incentivem os agricultores a produzir de forma ambientalmente amigável. Essas políticas precisam ser abrangentes e holísticas em seu escopo, para não incorrer no erro de resolver um problema e aumentar outro. Faz-se necessário resolver as questões fundiárias, as demandas educacionais e de infra-estrutura, desenvolver um programa de incentivos à produção agrícola de base ecológica e estender o vasto conhecimento gerado em universidades e institutos de pesquisa para esta população.

Desta forma, acreditamos que, em conjunto com investimentos em Educação Ambiental, é fundamental que se crie um espaço institucional propício para a preservação ambiental. Isto é, mais do que legislações ambientais punitivas, é necessário que o Estado promulgue legislações que incentivem a preservação ambiental. Como exemplo pode-se citar o pagamento por serviços ambientais, políticas de comercialização que favoreçam alimentos produzidos sem agrotóxicos, extensão rural que fomente a implantação de SAFs, entre outras ações.

Finalizando, acredita-se que a experiência do projeto extensão universitária no qual a atividade fim era a recomposição das APPs no Assentamento 23 de Maio e que foi a origem de todas as reflexões contidas nesse artigo, se enquadra na proposta contida na citação colocada ao final do referencial teórico (JACOBI, 2003), onde num processo de troca de saberes entre diferentes agentes (estudantes, professores, extensionistas, técnicos, agricultores), todos adquiriram novos conhecimentos e, ao fim, o legado da recomposição das APPs foi deixado.

## AGRADECIMENTO

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento ao projeto.

## REFERÊNCIAS

BARCELLOS, J.H.; CARVALHO, P.F.; MAURO, C.A. Ocupação do leito maior do Ribeirão Claro por habitações. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 7, 1995.

BORSATTO, R. S. **Agroecologia um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense**. Curitiba, 2007. 150f. Dissertação (Mestrado em Agronomia – Produção Vegetal). Universidade Federal do Paraná.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

BUENO O.C.; BÔAS, R.L.V.; FERNANDES, D.M.; GODOY, L.J.G. **Mapa de fertilidade dos solos de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: contribuição ao estudo de territórios**. Botucatu: FEPAF/UNESP, 2007.

CAMARGO, E.A.O.M. **Projeto participativo de recomposição de área de preservação permanente no Assentamento 23 de maio**. Itapetininga, 2011. 46f. Trabalho de graduação (Tecnologia em Agronegócio). Faculdade de Tecnologia de Itapetininga.

CARVALHO, C.G de. **Legislação Ambiental Brasileira: contribuição para um código ambiental**. 1. ed. São Paulo: Editora direito, 1999.

CORREA, T.; COSTA, C.; SOUZA, M. G.; BRITES, R. S. **Delimitação e Caracterização de Áreas de Preservação Permanente, por Meio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG)**. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 8, 1996. Anais...Salvador, 1996

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 2011.

JACOBI, P. Educação, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa - FGV**. São Paulo. v 118, p. 189-205. 2003.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. São Paulo: Ipê, 1998.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

REIGOTA, M. et al. **Desafios à educação ambiental escolar**. In: CASCINO, F., JACOBI, P. OLIVEIRA, J.F. de (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA/CEAM, 1998. p. 43-50.

SORRENTINO, M. **De Tbilisi a Tessalonika, a educação ambiental no Brasil**. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo. SMA. 1998.

WIELEWICKI, V.H.G. **A pesquisa etnográfica como construção discursiva**. Acta Scientiarum, Maringá, v.21, n. 1, p. 27-32, 2001.